



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SÃO PAULO - TURISMO
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016, E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Relatório da administração	10
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações dos resultados	17
Demonstrações dos resultados abrangentes	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22
Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes e sobre as demonstrações financeiras	37
Parecer do conselho fiscal.	38
Parecer do conselho de administração	39

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Paulo Turismo S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos a demonstração financeira da **São Paulo Turismo S/A** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S/A**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 21.053. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 2.427, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito nas Notas Explicativas nrs e 24, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S/A**. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstração financeira como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa demonstração financeira e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Contas a Receber de Clientes (Nota explicativa 5)

Conforme Nota Explicativa nº 5, são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das receitas obtidas nas operações normais da empresa, deduzindo das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) que são constituídas com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: testes de controles e registros contábeis, realizamos dentre outros procedimentos, teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimento subsequente, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de contas a receber em aberto ao final do exercício. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

b) Valor recuperável (“impairment”) de Imobilizado (Nota explicativa 8)

Conforme Nota Explicativa nº 8, o principal ativo da Companhia é seu ativo imobilizado no montante de R\$ 234.753. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de *impairment* desse ativo, baseado no método do valor em uso ou no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos na demonstração financeira da Companhia. Com base nas medidas de readequação orçamentário realizadas pela Companhia no exercício de 2017, e por se tratar da conta com saldo de maior relevância na demonstração financeira da Companhia, decidimos então abordar dentro dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: revisão das previsões de fluxo de caixa futuro, preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração; questionamento das principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação das taxas de crescimento; análise e implementação operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócio, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia.

Também avaliamos a razoabilidade dos cálculos matemáticos e a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

c) Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota explicativa 14)

Conforme Nota Explicativa nº 14. A Companhia possui discussões amparadas em processos administrativos e judiciais e avaliação de riscos nas esferas cível, trabalhista, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía assuntos em discussão em várias esferas processuais. As discussões cujas

perdas são avaliadas como possíveis e prováveis, pelos seus assessores jurídicos, são objeto de divulgação, e aquelas em que as perdas são consideradas prováveis também são reconhecidas provisões de contingências. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, bem como obtenção de opiniões legais de entendimento sobre certos aspectos para discussões em andamento e riscos; avaliação dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos em todas as esferas, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Outras informações que acompanham a demonstração financeira e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria da demonstração financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com a demonstração financeira ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pela demonstração financeira

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação da demonstração financeira de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro.

Na elaboração da demonstração financeira, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração financeira, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo da demonstração financeira, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 12 de março de 2018.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7 – S - SP

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6-S-SP



São Paulo
turismo!
www.spturis.com



SÃO PAULO TURISMO S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 62.002.886/0001-60

**Relatório da Administração
2017**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS ARBAITMAN

Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração

DANIEL BRAJAL VEIGA

JANIO QUADROS NETO

ROGÉRIO PEREIRA VICENTE

VITOR STUART GABRIEL DE PIERI

WALTER TESCH

WANDERLEY MESSIAS DA COSTA

DIRETORIA

DAVID BARIONI NETO

Diretor Presidente

MÁRIO BRESCANCINI BELLO

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

MARCO AURÉLIO CARREIRA

Diretor de Infraestrutura

ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE

Diretor Representante dos Empregados

ANTONIO EDUARDO COLTURATO

Diretor de Turismo

CARLOS ALBERTO PARENTE

Diretor de Marketing e Vendas

Conselho Fiscal

LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

MARCO ANTONIO TORRES PASSOS

SIMONE APARECIDA VICENTINI

Contador

KOITI KODAMA

Contador – CRCCT n.º 1SP150004/O-4



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Empresa

São Paulo Turismo S. A. (SPTuris) está estabelecida no Parque Anhembi, a Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, às margens do Rio Tietê. Fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,6% das ações ordinárias.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. O **Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo, “o Sambódromo”**, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o *Espaço Anhembi*, com área total de mais de 10.000m², ambientes divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

O **Autódromo José Carlos Pace**, conhecido como **Autódromo de Interlagos**, é administrado pela São Paulo Turismo desde 2005, decorrente do Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito nº 3.711, da PMSP. Nesse complexo, temos a *Pista Principal*, que recebe os diversos eventos automobilísticos, entre os quais, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, hoje o único do circuito da Fórmula 1 na América do Sul, o *Kartódromo Ayrton Senna* e *Diversos Espaços Livres* que recebem shows musicais e outros eventos.

Breve histórico da Companhia

Mais conhecido como “PARQUE ANHEMBI”, originou-se dos ideais, da decisão e da iniciativa de um grupo de empresários que liderados pelo Dr. Caio Francisco de Alcântara Machado, decidiu ... “Construir o maior centro de exposições da América do Sul”. Em um terreno sediado às margens do Rio Tietê, daí o seu nome – ANHEMBI - que na linguagem tupi-guarani, significa “MARGEM GRANDE”.

Em 05 de fevereiro de 1968 foi realizada a Assembleia Geral para a constituição da Companhia.

Em 17 de dezembro de 1974, foi promulgada a Lei Municipal nº 8.180 que autorizou o Município a participar como acionista majoritário.

Privatização

Em 06/02/2018 a Empresa publicou fato relevante sobre a Lei nº 16.766/2017, sancionada pelo Prefeito de São Paulo em 20/12/2017, que autoriza a alienação da participação societária detida pelo Município de São Paulo na São Paulo Turismo S.A., iniciativa a ser realizada no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.

Para a efetivação da operação em referência foi publicado no Diário Oficial da Cidade, do dia 03/02/2018, Edital cujo objeto é a prestação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de estruturação e execução da venda da totalidade dos ativos mobiliários detidos pelo Município na São Paulo Turismo S.A.

A Administração Municipal promoverá a ampla divulgação das informações relativas à operação, mediante a publicação, no Diário Oficial da Cidade, de sua justificativa e dos elementos que permitam a análise da situação econômica, financeira e operacional da Companhia.

Os recursos auferidos com a alienação da participação societária serão destinados exclusivamente ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social – FMD, com destinação obrigatória de no mínimo 20% dos recursos para investimentos na Zona Norte da cidade de São Paulo, nas áreas definidas no art. 6º da Lei nº 16.651, de 16/05/2017.

Para a realização de eventos de Carnaval, eventos religiosos e outros, o Município de São Paulo terá o direito de utilizar o Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – Sambódromo e as áreas de concentração e dispersão de escolas de samba, mediante a instituição de ônus real ou concessão de direito de uso pela SPTuris ou sucessora.

A utilização acima indicada será de 75 dias por ano, consecutivos ou não, não cumulativos, conforme programação prévia a ser acordada entre o Poder Executivo e a SPTuris ou a sua sucessora.

A utilização para eventos religiosos poderá ser substituída, a critério do Município de São Paulo, pela utilização de auditórios ou salões de eventos com capacidade no mínimo para 800 pessoas.

Nas razões de veto parcial do Projeto de Lei 582/17, da qual se originou a citada lei que autoriza a privatização, constou que para as atividades de promoção do turismo e a realização de eventos culturais, artísticos e religiosos na Cidade de São Paulo, incumbirá ao Executivo, no exercício de sua competência privativa em matéria de organização administrativa, avaliar e definir, no momento oportuno, a necessidade e a conveniência de ser ou não criado órgão ou entidade para essa específica finalidade, aí considerando os pertinentes e indispensáveis estudos técnicos e financeiros.

Ainda quanto às razões de veto parcial, constou que a estabilidade não alcança empregados das sociedades de economia mista e suas situações serão solucionadas à luz do regramento contido na CLT, inclusive no que concerne ao eventual rompimento de seus vínculos empregatícios.

Recursos do PAC

Com recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, a Empresa possui o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013 no firmado para recursos no valor de R\$ 60.000.000,00 para as seguintes aplicações:

Plano de Trabalho	Percentual do recursos
Requalificação da Iluminação e dos Sanitários do Pavilhão de Exposições, e Implantação da Sinalização do Pólo Cultural Grande Otelo (Sambódromo)	6%
Requalificação dos Hall's Nobre 2 e 3 do Palácio das Convenções	12%
Revitalização do Espelho D'água do Parque Anhembi	5%
Readequação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica do Pavilhão de Exposições	68%
Reforma das Canaletas Técnicas do Pavilhão	8%
Reforma da Caixa D'água do Pavilhão	1%

Até 31/12/2017, em termos globais, cerca de 25,8% do compromisso já havia sido cumprido.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Neste momento, mesmo com o cenário econômico ainda desfavorável, a Administração está comprometida na busca de novas receitas e recursos junto à iniciativa privada, aliada a medidas de contenção de despesas e ações de revitalização do Complexo.

Dentro dos espaços que administra são realizados grandes eventos, dentre outros, como Campus Party, Carnaval, Feira do Empreendedor - SEBRAE, Feirão da Casa Própria, Bienal Internacional do Livro, Expo Music, Fórmula 1, Lollapalooza, shows musicais, desfiles, eventos religiosos, profissionais e formaturas.

E, na Cidade de São Paulo, a SPTuris realiza eventos como Réveillon na Paulista, Virada Cultural e Virada Esportiva. Ainda conforme o relatório, para 2018, estima-se que o setor turístico paulistano terá uma oportunidade de crescimento, baseando seus esforços no tripé viagens de negócios, eventos e turismo cultural, pois novamente espera-se um calendário recheado de eventos em 2018. Por fim, é o momento da união das entidades associativistas do setor de viagens, turismo e eventos mostrarem sua força e trazerem soluções criativas para impulsionar o mercado.

Para o ano de 2017, o Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo, núcleo de estudos e pesquisas da São Paulo Turismo, apresentou os seguintes indicadores.

Arrecadação ISS com Turismo (R\$ mil)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2017	26,0	21,4	20,0	24,5	24,1	25,4	23,4	24,2	23,4	25,3	26,7	26,7	291,1
2016	24,7	23,1	21,5	23,2	21,9	24,3	23,1	22,4	25,5	21,7	22,4	23,5	277,3



Ocupação Hoteleira (%)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
2017	50,26	60,52	66,92	66,35	68,88	65,27	65,06	68,23	65,05	72,37	71,69	57,79	64,87
2016	49,04	57,32	62,32	65,41	63,09	67,78	59,15	64,57	62,79	62,33	70,11	54,14	61,50

Valor da Diária Média (R\$)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
2017	284,23	289,19	292,93	290,23	309,89	293,85	273,84	291,55	284,89	316,07	306,73	287,67	293,42
2016	296,19	313,66	321,56	297,12	293,97	296,09	295,30	284,82	276,07	291,77	307,46	267,24	295,10

Apesar do encerramento de atividades em três Centrais de Informação Turística - CITs (Olido, Mercado e Polo), o total de atendimentos cresceu: foi de 106,245 em 2016 para 110.532 em 2017.

ANÁLISE DOS RESULTADOS – R\$ milhões

	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Receita líquida	194,5	184,9	117,7
Despesas operacionais e custos	(206,1)	(247,5)	(134,3)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(11,6)	(62,6)	(16,6)
Resultado do exercício	(13,8)	(68,4)	(21,1)

EBITDA

(*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional obtida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). Ainda que o EBITDA não expresse, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e nos Estados Unidos, uma medida do fluxo de caixa operacional, é aqui utilizado como indicador para medir nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que alguns investidores e analistas financeiros o utilizam com a finalidade de avaliar a eficiência e a produtividade da empresa.

Reconciliação EBITDA - R\$ milhões	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Lucro (Prejuízo) líquido	(13,8)	(68,4)	(21,1)
(+) IR, CSLL	0,7	0,3	-
(+) Despesa financeira líquida	(1,5)	5,5	4,5
(+) Depreciações e amortizações	7,3	7,1	7,5
(+) Provisões	14,7	64,1	(12,3)
EBITDA	<u>7,4</u>	<u>8,6</u>	<u>-21,4</u>

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado em 2017 totalizou R\$ 66.632 mil. Desse montante, R\$ 32.180 mil equivalente a 23,3% das receitas obtidas e 48,3% do valor adicionado total, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

Distribuição do Valor Adicionado:

- ❖ Remuneração do Trabalho = 82,2%



- ❖ Remuneração do Governo = 48,3%
- ❖ Remuneração de Terceiros = 1,1%
- ❖ Prejuízo da Empresa = (31,6%)

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diretoria da Companhia está atenta às mudanças nas condições de mercado e no ambiente econômico. Adotamos postura austera na gestão financeira, buscando ampliar a produtividade e viabilizar importantes projetos de investimentos, sem abrir mão de nossa missão no desenvolvimento do Turismo de nossa Cidade. Estamos empenhados no aprimoramento das práticas de governança, aumentando a transparência e a auditoria e os controles internos. Nosso propósito é reduzir incertezas e propiciar condições para melhor *valuation* da SPTuris.

Agradecemos a nossos clientes e fornecedores, pela confiança depositada, aos nossos acionistas, especialmente a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, pela parceria e apoio recebidos, e, acima de tudo e principalmente, aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados e pela enorme e fidedigna dedicação ao longo do exercício de 2017, em verdadeiro comprometimento em momento de incerteza pelo qual atravessa a SPTuris

São Paulo, 14 de março de 2018.

Diretoria

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	33.216	14.265
Contas a receber de clientes	5	10.729	9.757
Tributos a recuperar	6	2.602	4.118
Almoxarifado		394	685
Outros valores a receber	7	235	304
		47.176	29.129
Não circulante			
Realizável a longo prazo		1.296	720
Imobilizado	8	234.753	234.963
Intangível		1.899	1.802
		237.948	237.485
Total do ativo		285.124	266.614
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		9.983	9.603
Obrigações trabalhistas	9	12.106	7.520
Obrigações tributárias	11	5.399	4.627
Recursos municipais – Eventos	12	3.806	379
Recursos federais – Obras do PAC		-	4.449
Empresas municipais	10	1.623	1.636
Adiantamentos de clientes	13	11.271	16.351
Outras exigibilidades		561	606
		44.749	45.171
Não circulante			
Empresas municipais	10	3.070	4.551
Obrigações tributárias	11	72.507	70.148
Provisões para contingências	14	55.352	69.543
Receita Diferida – ISS/IPTU	15	21.884	23.186
		152.813	167.428
Patrimônio líquido			
Capital social	16	149.199	149.199
Reservas de Capital		60.293	6.001
<i>Adto. p/ futuro aum. Capital</i>		47.771	6.001
<i>Recursos governamentais</i>		12.522	-
Reserva de reavaliação		119.307	120.283
Prejuízos acumulados		(241.237)	(221.468)
		87.562	54.015
Total do passivo e patrimônio líquido		285.124	266.614

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita operacional	17	123.912	190.242
Deduções da receita operacional		(6.233)	(5.325)
Receita operacional líquida		117.679	184.917
Custo dos serviços prestados		(72.029)	(92.532)
Resultado bruto		45.650	92.385
Despesas operacionais		(62.238)	(155.013)
Despesas administrativas	18	(66.201)	(158.782)
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas		3.963	3.769
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(16.588)	(62.628)
Resultado Financeiro			
Receitas/Despesas financeiras, líquidas		(4.465)	(5.522)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(21.053)	(68.150)
Imposto de Renda e Contribuição Social			(282)
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício		(21.053)	(68.432)
Lucro (prejuízo) líquido por ação (Em reais)		(4,07)	(13,21)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)



	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(21.053)</u>	<u>(68.432)</u>
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.284	1.288
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(308)	(309)
	<u>976</u>	<u>979</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(20.077)</u></u>	<u><u>(67.453)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)



	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	149.199	1	121.262	(154.324)	116.138
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	6.000	-	-	6.000
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	-	309
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(68.432)	(68.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	149.199	6.001	120.283	(221.468)	54.015
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	41.770	-	-	41.770
Recursos governamentais	-	12.522	-	-	12.522
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.284)	1.284	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	308	-	308
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(21.053)	(21.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	149.199	60.293	119.307	(241.237)	87.562

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)



	31/12/2017	1/12/2016
Fluxo de caixa		
Atividades operacionais		
Lucro / Prejuízos líquido do exercício	(21.053)	(68.432)
Ajustes – itens que não afetam o caixa:	407	70.635
Depreciação e amortização	7.464	7.367
Juros e variações monetárias	6.515	8.035
Receita diferida realizada	(1.301)	(1.416)
Provisões para contingências	(12.271)	56.649
Variações nos ativos e passivos	(7.343)	(18.409)
Clientes	3.262	73.614
Almoxarifado	291	2
Despesas antecipadas	-	58
Tributos a recuperar	1.516	(108)
Depósitos judiciais	(1.296)	5.272
Outros ativos	69	241
Fornecedores	379	(7.483)
Obrigações tributárias	(3.384)	(4.903)
Obrigações trabalhistas	(905)	408
Adiantamentos de clientes	(5.080)	(83.534)
Recursos federais – obra PAC	(4.449)	4.449
Recursos municipais – Eventos	3.427	(7.026)
Outros passivos	(1.173)	601
Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais	(27.989)	(16.206)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) / baixa de ativo imobilizado e intangível	(7.352)	(6.679)
Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	(7.352)	(6.679)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para aumento de Capital	41.770	6.000
Recursos governamentais	12.522	-
Recursos líquido originado em atividades de financiamento	54.292	6.000
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	18.951	(16.885)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.265	31.150
Caixa e equivalentes de caixa em no final do exercício	33.216	14.265
	18.951	(16.885)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)



	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	136.608	202.352
Outras Receitas	3.964	3.633
Receitas Canceladas	(6.233)	(3.848)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.523	(1.299)
	137.862	200.838
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(66.967)	(163.297)
	(66.967)	(163.297)
Valor Adicionado Bruto	70.895	37.541
Retenções		
Depreciação e amortização	(7.464)	(7.115)
	(7.464)	(7.115)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	63.431	30.426
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	3.201	4.082
	3.201	4.082
Valor Adicionado Total a Distribuir	66.632	34.508
Distribuição do Valor Adicionado	66.632	34.508
Remuneração do trabalho	54.761	61.317
Remuneração de Governos	32.180	40.729
<i>Federal</i>	21.717	31.239
<i>Municipal</i>	10.463	9.490
Remuneração de capitais de terceiros	744	894
Lucros retidos, (prejuízos) do exercício	(21.053)	(68.432)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a conclusão, em 09 de março de 2018, da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários. Estão apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R3).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

- a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
 - Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
 - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
 - Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).
- b) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;
- c) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2017 e 2016, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;
- e) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram

constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

- f) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- g) Imobilizado - O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamento e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 8;

- h) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);
- i) Adiantamentos de Clientes – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;
- j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis;
- k) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- l) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);
- m) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	45	43
Bancos	2.312	357
Aplicações financeiras	30.859	13.865
	<u>33.216</u>	<u>14.265</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto à instituição financeira de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cientes no País	5.773	7.924
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	8.960	9.360
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.004)	(7.527)
	<u>10.729</u>	<u>9.757</u>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	5.697	6.390
Vencidos até 30 dias	3.041	852
Vencidos de 31 a 60 dias	1.377	316
Vencidos de 61 a 90 dias	160	926
Vencidos de 91 a 120 dias	102	1.103
Vencidos acima de 120 dias	4.356	10.180
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.004)	(7.527)
Adiantamentos de clientes	-	(2.483)
	<u>10.729</u>	<u>9.757</u>

6. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
COFINS a compensar	1	10
PIS a compensar	-	43
IRPJ a compensar	1.611	2.788
CSLL a compensar	4	410
INSS a compensar	986	867
	<u>2.602</u>	<u>4.118</u>

O IRPJ a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2017.

7. Outros valores a receber

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos de empregados	235	237
Créditos de fornecedores	-	67
	<u>235</u>	<u>304</u>

8. Imobilizado

	Taxas anuais Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	120.052	(37.537)	82.515	87.538
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.981)	2.307	2.510
Estacionamento	3,45%	11.436	(3.631)	7.805	8.309
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.391)	1.619	1.772
Instalações	10%	12.910	(7.501)	5.409	6.914
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.657	(5.565)	1.092	1.525
Veículos	20%	1.205	(1.082)	123	265
Móveis e utensílios	10%	6.064	(4.565)	1.499	572
Outros ativos fixos	20% e 10%	705	(668)	37	28
Construções em andamento	-	11.224	-	11.224	4.407
		<u>298.674</u>	<u>(63.921)</u>	<u>234.753</u>	<u>234.963</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	234.963	237.367
<i>Adições</i>		
Edifícios e Benfeitorias	1	-
Estacionamentos	-	522
Instalações, máquinas e equipamentos	86	5
Móveis e utensílios (reclassif. despesas)	(24)	23
Outros ativos	7	-
Construções em andamento	6.818	4.390
Total das adições	6.888	4.940
Baixas	(1)	-
Depreciações	(7.097)	(7.344)
Saldos no fim do exercício	<u>234.753</u>	<u>234.963</u>

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.



9. Obrigações Trabalhistas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Obrigações com pessoal	25	3
FGTS	-	368
INSS empresa	1.110	904
INSS retido	183	191
Provisão de férias	4.716	5.271
IRRF	581	783
Provisão para dissídio e encargos	4.427	-
Provisão para causas trabalhistas	1.064	-
	<u>12.106</u>	<u>7.520</u>

Provisão para dissídio e encargos – O Tribunal Regional do Trabalho TRT-2 julgou procedente e a favor dos funcionários a ação de dissídio coletivo do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

Provisão para causas trabalhistas – Trata-se de valores sobrestados das rescisões a partir de 01/02/2017 de colaboradores de livre provimento demitidos sem justa causa. Os valores não pagos se referem a verbas de aviso prévio, FGTS, multa rescisória e contribuição social.

10. Empresas municipais – Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 4.693 mil, sendo R\$ 1.623 mil no curto prazo e R\$ 3.070 mil no longo prazo.

11. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	156	164
Parcelamento IPTU/ISS	4.043	3.729

Receita Federal:		
. Cofins a recolher	512	38
. Pis a recolher	111	8
. Impostos retidos	577	688
	5.399	4.627
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	66.367	63.701
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	6.140	6.447
	72.507	70.148
Total circulante e não circulante	77.906	74.775

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2017 e 2016 foram pagos R\$ 3.924 e R\$ 3.649 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 138 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2017 era de R\$ 70.410.

12. Recursos municipais – Eventos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Carnaval futuro	3.281	-
Repasse para Escolas de Samba	525	379
	3.806	379

Para o Carnaval de 2018, os recebimentos dos recursos foram em 2017, ao passo que em 2016, os recursos para o Carnaval 2017 haviam sido recebidos em 2017.

13. Adiantamentos de clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Pavilhão de Exposições	5.435	7.745
Palácio das Convenções	2.880	5.275
Pólo Cultural	342	1.273
Auditório Elis Regina	586	741
Adiantamentos de clientes	1.992	1.317
Contratos de mídia	36	-
	11.271	16.351

14. Provisões para contingências

Em 31/12/2016 a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício 31/12/2016	57.657	3.487	8.399
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	-	135	-
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	(10.201)	142	-
Valores baixados	(25)	(1.717)	(2.525)
Saldos no final do exercício 31/12/2017	47.431	2.047	5.874

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997 tem o valor estimado em R\$ 46.989 mil.

Em 27/01/2016 a Procuradoria Geral do Município de São Paulo manifestou no sentido de que juridicamente não haveria óbice na realização de acordo, e orientou quanto à necessidade de a Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências fiscais que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas que são as seguintes: PIS e COFINS R\$ 5.606 mil, IRPJ e CSL 268 mil.

Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25) (R2), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	31/12/2017	31/12/2016
Ações Trabalhistas	251	789
Ações Cíveis (*)	11.203	11.584
	11.454	12.373

(*) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013- 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/12/2017: R\$ 8.241 mil.

15. Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

16. Capital social

	Quantidades em 31/12/2017			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2017	2016
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)
	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	149.457
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	5.064.624	114.095	5.178.719	149.199	149.199

A empresa contava com 3.543 acionistas em 31/12/2017. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. Os últimos preços cotados em negociações em 2017, em lote padrão, conforme o site www.bmfbovespa.com.br, foi de R\$ 136,00 para as ações ordinárias, R\$ 95,61 para as ações preferenciais “A”, R\$ 80,00 para as ações preferenciais “B”.

17. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos

incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Operacional Bruta	136.608	209.635
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(12.696)	(19.393)
	123.912	190.242
Deduções da receita bruta	(6.233)	(5.325)
Receita Operacional Líquida	117.679	184.917

18. Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remunerações, encargos e benefícios	59.488	74.587
Prestadores de serviços	11.766	19.599
Ocupação e manutenção	3.149	4.420
Publicidade	285	181
Provisões	(12.271)	57.947
Impostos e taxas	3.339	537
Utilidades e tarifas públicas	445	1.511
	66.201	158.782

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

Com relação aos impostos e taxas, em 2017 foi recolhido R\$ 2.714 mil ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT, em conformidade com a Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010 - Art. 8º, § 4º, segundo a qual todos os empreendimentos classificados como Polos Geradores de Tráfego deverão recolher ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito para a realização de projetos específicos de trânsito e transporte, no caso de não ser necessária imediatamente nenhuma obra viária ou serviço, o valor correspondente a 1% do custo total do empreendimento.

19. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 1.985 (R\$ 2.485 em 2016). Como pessoal chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

20. Subvenções governamentais

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000 mil. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2017 o montante de R\$ 12.522 mil e aplicados dos R\$ 11.224 mil de obras.

21. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2018	2017
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.477	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

22. Eventos subsequentes

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 09 de março de 2018, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias divulgou em seu site licitação na modalidade pregão eletrônico Nº 009/SMDP/2017, Processo 6071.2017/0000140-3, para realização em 28/02/2018, com critério de julgamento de menor preço, a contratação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Município, correspondentes à totalidade das ações representativas do capital social da SÃO PAULO TURISMO S/A.

23. Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	33.216	33.216
Contas a receber e clientes	10.729	10.729
Impostos a recuperar	2.602	2.602
Outras contas a receber	235	235
Fornecedores	9.983	9.983
Obrigações tributárias	77.906	77.906
Empresas municipais	4.693	4.693

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à característica do setor em que atua.



Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

24. Continuidade operacional da Companhia

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos entre receitas e despesas normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução dos custos e despesas operacionais, observadas as prerrogativas de execução de política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo, e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou administrativas, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.



25. Autorização de conclusão das Demonstrações Contábeis

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Mário Brescancini Bello, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 09 de março de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 12 de março de 2018, relativamente às demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 14 de março de 2018.

DAVID BARIONI NETO

Diretor Presidente

MARIO BRESCANCINI BELLO

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relação com Investidores*

MARCO AURÉLIO CARREIRA

Diretor de Infraestrutura

ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE

*Diretor Representante
dos Empregados*

ANTONIO EDUARDO COLTURATO

Diretor de Turismo

CARLOS ALBERTO PARENTE

Diretor de Marketing e Vendas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Parecer dos Auditores Independentes, e a Proposta para Destinação do Resultado dos Lucros e Dividendos, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017, sendo do parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2017, razão pela qual opinam pela sua aprovação, com ressalva em apartado da Conselheira Simone Aparecida Vicentini (doc. anexo), pela Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 19 de março de 2018.

LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

MARCO ANTONIO TORRES PASSOS

SIMONE APARECIDA VICENTINI

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da SÃO PAULO TURISMO S/A, por seus membros abaixo assinados, em reunião realizada nesta data, examinando o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Parecer dos Auditores Independentes, e a Proposta para Destinação do Resultado dos Lucros e Dividendos, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017, tendo em vista que já foram objeto de apreciação e deliberação pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, que as aprovaram e opinaram favoravelmente à sua aprovação, respectivamente, e em atendimento à legislação que rege a matéria, manifestou sua integral concordância, sem quaisquer ressalvas e solicitou o encaminhamento de referidos documentos à Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 20 de março de 2018.

MARCOS ARBAITMAN- Presidente do Conselho

DANIEL BRAJAL VEIGA

JANIO QUADROS NETO

ROGÉRIO PEREIRA VICENTE

VITOR STUART GABRIEL DE PIERI

WALTER TESCH

WANDERLEY MESSIAS DA COSTA

Doc. Anexo
Manifestação de Voto em Apartado

Após análise detalhada do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Parecer dos Auditores Independentes e a Proposta para Destinação do Resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017, a Conselheira **Simone Aparecida Vicentini** opinou pela aprovação com ressalvas das Demonstrações Financeiras de 2017, recomendando a revisão geral das contingências trabalhistas previstas nas Demonstrações Financeiras de 2017, em razão do impacto que ocasionam no resultado da Companhia, com destaque ao provisionamento do valor referente ao pagamento de multa dos 40% (quarenta por cento) do FGTS e aviso prévio para funcionários comissionados da Companhia, no importe de R\$1.064.000,00 (um milhão e sessenta e quatro mil reais), por não se tratar de questão pacífica nos Tribunais Superiores.

São Paulo, 19 de março de 2018.

Simone Aparecida Vicentini

Conselheira Fiscal suplente